

# O duplo desequilíbrio da economia brasileira

Guilherme Gomes Dias \*

Passados mais de quatro anos da implementação do bem-sucedido plano de estabilização monetária, o Plano Real, o governo federal anuncia o chamado Programa de Estabilidade Fiscal. Conforme já amplamente divulgado pelos meios de comunicação, esse programa, mais conhecido como Ajuste Fiscal, contempla medidas de curto e longo prazos de maturação, incluindo elevação de impostos, mudanças no sistema de previdência dos funcionários públicos federais e medidas de contenção orçamentária, entre outras. O objetivo central do programa é reduzir o déficit público consolidado de um percentual de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para um percentual em torno de 3%.

Não há o que se discutir quanto à necessidade do ajuste fiscal. Déficit fiscal é “artigo para país rico”. A teoria de que o déficit fiscal serve como propulsor da atividade econômica somente funciona em países de moeda forte, mercados de capitais consolidados e elevadas taxas de poupança; onde o financiamento do déficit flui sem dificuldades, a taxas de juros baixas e prazos longos para resgate dos títulos.

O Brasil ainda é um país muito pobre para se dar ao “luxo” de produzir

déficits fiscais elevados e continuados. Depois da inflação crônica, nada mais perverso para a distribuição de renda do que a persistência de déficits governamentais. Primeiro, pela necessidade de taxas de juros elevadas para financiar o déficit, o que resulta em transferência de renda do conjunto da população para a minoria que dispõe de ativos financeiros. Segundo, porque, no caso do Brasil, déficit público não resulta da manutenção de um sistema de proteção social amplo e eficiente. Pelo contrário, as principais causas residem em distorções nos sistemas de previdência e de pessoal do setor público.

Partindo, portanto, do pressuposto da necessidade ou até inevitabilidade do ajuste fiscal, também acredo que dificilmente será possível formular propostas alternativas ao conjunto de medidas anunciamadas pelo governo federal. Vejamos alguns pontos.

As injustiças e distorções do sistema tributário brasileiro são tantas que, paradoxalmente, a elevação de tributos do tipo CPMF e Cofins acaba sendo mais recomendada do ponto de vista técnico e também político: atinge a todos os segmentos da

economia, é eficaz quanto à arrecadação e não altera substancialmente os termos da distribuição de recursos entre União, estados e municípios. Quanto às medidas para corrigir distorções no sistema de previdência do setor público, os seus resultados certamente não se limitam à redução de despesas no governo federal, mas também à adoção de medidas semelhantes nos estados e municípios, onde o problema muitas vezes já toma proporções ainda mais graves.

A principal crítica que se dirige ao ajuste fiscal é a de que ele possui caráter recessivo. Esse tipo de crítica desconhece o fato de

que a desaceleração econômica tem origem na crise financeira internacional; pelo colapso de alguns mercados importadores de produtos brasileiros e pela interrupção do fluxo de capitais externos, combinados com uma ampla revisão de expectativas dos agentes econômicos para o próximo ano. No curto prazo, é praticamente impossível distinguir a contribuição do ajuste fiscal ao quadro já instalado de desaceleração econômica. Esse tipo de dilema da política econômica foi bem ilustrado

pelo famoso economista americano John Kenneth Galbraith ao historiar a Grande Depressão iniciada em 1929, afirmando que “as consequências de uma ação bem-sucedida parecem tão dramáticas quanto as consequências da omissão, com a diferença de que, no primeiro caso, elas podem ser ainda piores para aqueles que tomaram a iniciativa de agir...” A escolha real era entre um colapso imediato mas administrado ou um desastre mais grave posteriormente.

No Brasil de hoje, a diferença consiste em que um ajuste fiscal bem-sucedido cria as condições para a posterior recuperação econômica, enquanto a persistência do déficit fiscal tem o potencial de aprofundar a desorganização financeira do País. Admitidas a necessidade e a modalidade de ajuste fiscal, restam ainda dois pontos decisivos para o desdobramento dos dilemas da política econômica: a taxa de juros e o desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Quanto à taxa de juros, parece ser um consenso, na medida em que até mesmo as autoridades econômicas a endossam, a tese de que a taxa básica de juros deva retornar num prazo relativamente curto para patamar ao redor de 20% ao ano. A permanência das atuais taxas de juros anu-

la os possíveis ganhos do ajuste fiscal. Por outro lado, ao contrário do ano passado, a elevação da taxa de juros não foi capaz de estancar a fuga de capitais. Sob esse aspecto, não há demérito à política econômica brasileira, mas simples reflexo do pânico instalado no mercado financeiro internacional, derivado da moratória da Rússia e dificuldades no Japão e outras economias.

De fato, resta uma decisiva questão: admitindo a execução de um

bem-sucedido ajuste fiscal, até que ponto estará também equacionado o desequilíbrio no balanço de pagamentos?

Através do ajuste fiscal, pavimenta-se o acesso do País às linhas de financiamento das instituições multilaterais e bancos privados, capitaneados pelo Fundo Monetário International. Isso resolve o financiamento do déficit do balanço de pagamentos, mas não transforma o déficit em superávit.

Para esse problema, a estratégia do governo continua sendo o gradualismo. Gradualismo esse que foi abandonado no enfrentamento do déficit público e substituído por medidas duras e estruturais. Segundo a estra-

tégia gradualista, espera-se que a lenta e administrada desvalorização do câmbio e eventuais ganhos de competitividade da economia sejam capazes de reduzir ou eliminar o déficit em transações correntes, que deverá alcançar o percentual de 4% do PIB neste ano. Pesam contra essa estratégia duas ameaças. Primeiro, a persistência ou o agravamento do quadro internacional, dificultando as exportações e limitando o aporte voluntário de linhas de crédito e investimentos externos. Segundo, um tempo de maturação incompatível com os custos econômicos e sociais envolvidos no processo.

Depois do ajuste fiscal, “a bola da vez” será o enfrentamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos, quem sabe através da substituição da estratégia gradualista por nova modelagem nas políticas cambial e de comércio exterior. Afinal, como certa vez afirmou o saudoso Mário Henrique Simonsen, “o desaquecimento machuca, a inflação esfola, mas a crise do balanço de pagamentos mata”.

\* Secretário de Economia e Finanças da Prefeitura Municipal de Vitória (ES).

**Parece ser consenso a tese do retorno da taxa de juros para patamar ao redor de 20% ao ano**